

## **DIDÁTICA CULTURAL SURDA E OS MÉTODOS DE ENSINO PARA ATUAR COM O ALUNO SURDO**

Camila Caroline de Lima Silva; Osvaldo Campos dos Santos Nonato; Ademárcia Lopes de Oliveira Costa

Universidade Federal do Acre, camila.silva@ifac.edu.br  
Universidade Federal do Acre, osvaldoccb09@gmail.com  
Universidade Federal do Acre, ademarciaacosta@gmail.com

**Resumo:** No início do processo educacional dos surdos utilizavam-se diferentes métodos visando a “melhor” forma de ensiná-los, sendo que, muitas vezes alguns desses métodos eram violentos, pois não importava tanto a técnica, desde que levasse o surdo a falar. Depois de muitos movimentos sociais os surdos começaram a ter acesso ao conhecimento através da língua de sinais e a divulgação da cultura surda resultou em um maior respeito aos seus aspectos culturais e sociais. Quanto ao processo educacional, a Didática passou a ser pensada no sentido de conduzir o aprendizado tanto pelo trabalho docente quanto pelo resultado desse trabalho na vivência escolar dos alunos surdos. Nesse processo surgiu uma nova didática denominada Didática Cultural Surda. Buscando aprofundar uma reflexão sobre essa temática, o presente estudo tem como objetivo apresentar uma breve reflexão sobre o que é a Didática Surda, analisando os principais métodos de ensino para atuar com o aluno surdo. Para tanto, fizemos uso de uma pesquisa bibliográfica, através da consulta de autores como Poker (2002), Perlin e Rezende (2011), Libâneo (2013) e Quadros (2005). Os resultados revelam que uma das metodologias mais defendidas para ensinar o aluno surdo é aquela que faz o uso de imagens, sobretudo, na leitura de textos. Isso justifica-se pelo fato do aprendizado do aluno surdo ser através do visual-espacial. Concluímos que as escolas devem garantir os mínimos de recursos possíveis ao aluno surdo, além de professores capacitados e comprometidos com a educação de todos.

**Palavras-chave:** Didática Cultural Surda. Metodologias. Surdo.

### **Introdução**

No início do processo educacional dos surdos a Didática era utilizada com métodos orais, muitas vezes violentos na intenção de fazer com que o surdo falasse. Essa afirmação nos faz observar que sempre existiu uma didática na educação dos surdos, mesmo sendo considerada como algo imposto e desrespeitoso à cultura surda. Atualmente, depois de muita luta, os surdos começaram a ter acesso ao conhecimento através da língua de sinais e do respeito a sua cultura. É nesse processo que surge uma nova didática denominada Didática Cultural Surda (PERLIN; REZENDE, 2011).

A Didática Cultural difere de outras didáticas conceituadas por vários autores, entretanto, o objetivo dessa teoria é o elemento cultural inserido no planejamento. Dentro dessa teoria encontramos a Didática Cultural dos Surdos, que nada mais é do que o questionamento do “ser surdo” e de suas características. Além do mais, critica a postura dos ouvintes que tendem a impor a sua cultura no processo de ensino-aprendizagem do surdo, pois

na sua visão o surdo é visto como um ser deficiente e diferente. Perlin e Rezende (2011, p. 28) afirmam que “a Didática Cultural dos Surdos sempre questiona sobre o que é próprio dos surdos e também questiona sobre como alguém se constituiu superior aos surdos. Isto é, questiona as práticas normalizadoras dos ouvintes sobre os surdos.

É nessa perspectiva que se introduz o planejamento no ensino do surdo. Como ensinar o aluno surdo através da sua cultura? Segundo Reis (2007, p. 62) “o professor surdo realiza uma didática diferente, pois esses professores descontrolam e constroem a prática didática nas características do sujeito surdo, aproximando-o de seu conhecimento de mundo”.

Nessa visão de planejamento, podemos afirmar que a educação dos surdos, necessita utilizar de estratégias que valorizem não somente as lutas da comunidade surda, mas também as suas conquistas. Esse é o pensamento pós-moderno que valoriza o surdo a partir da sua representação cultural, sua língua, suas lutas históricas, identidade e artefatos culturais.

Nessa perspectiva, surge no Brasil em meados dos anos 2000 os cursos superiores de Letras/Libras e Letras/Libras: Língua Portuguesa como Segunda Língua. Essa iniciativa mostra-nos a extrema importância social e histórica para o povo surdo. Esses cursos foram criados com o intuito de uma educação concreta voltada para as especificidades do aluno surdo. É inegável que os resultados positivos já estão sendo vistos e futuramente esses resultados serão maiores ainda, pois além de formar profissionais os mencionados cursos ainda irão difundir a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O sucesso desse processo educacional é fundamental para a consolidação da cultura surda e a libertação da ideologia ouvinte quando deseja impor a sua cultura sob a cultura surda no processo educacional deste sujeito. Desse modo, é possível afirmar que tal reflexão justifica a importância desse estudo.

Nessa perspectiva, se insere o presente estudo cujo objetivo é apresentar uma breve reflexão sobre o que é a Didática Surda, analisando os principais métodos de ensino para atuar com o aluno surdo. Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada através da consulta de autores selecionados como Poker (2002), Perlin e Rezende (2011), Libâneo (2013), Quadros (2005), dentre outros.

A seguir, apresentamos a metodologia utilizada nessa pesquisa, com o intuito de esclarecermos como os dados foram obtidos.

## **Metodologia**

A pesquisa apresentada está fundamentada na abordagem de natureza qualitativa de cunho bibliográfico, pois essa abordagem correlaciona-se com os dados levantados sobre as razões que um determinado grupo busca para compreender um estudo. Segundo Neves (1996,

p. 01) pesquisa qualitativa é “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”.

Quanto aos procedimentos, nossa pesquisa é documental e bibliográfica. Segundo Severino (2016, p. 131), “a pesquisa documental tem-se como fonte o sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo, de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”. Enquanto a pesquisa bibliográfica é:

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha das contribuições dos autores dos estudos analíticos constates dos textos (SEVERINO, 2016, p. 131).

Na presente pesquisa utilizamos para referenciar nosso trabalho autores como Poker (2002), que aborda o método de ensino através do Bilinguismo; Perlin e Rezende (2011), que discorrem sobre a Didática Cultural Surda; Libâneo (2013), dedica-se ao estudo da Didática como disciplina na formação de professores e Quadros (2005), que expõe sobre as políticas educacionais para uma educação na perspectiva bilíngue.

Além dos nomeados autores que discutem sobre Didática, Didática Cultural Surda e Educação Bilíngue, trataremos de discutir de mesmo modo, as legislações pertinentes a Educação de Surdos no Brasil, como a Lei nº 10.436/2002, que “reconhece por meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002) e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e dispõe sobre a formação de professores de libras e a inclusão da disciplina de libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos superiores de licenciaturas e fonoaudiologia.

Em seguida, apresentamos o resultado dessa pesquisa, ao aprofundarmos a temática acima proposta.

## **Resultados e discussão**

### **Os métodos de ensino utilizados ao longo da história da Educação dos Surdos no Brasil.**

A primeira iniciativa no ensino destinado a comunidade surda surge com a chegada do professor francês surdo Ernest Huet no Brasil, fundador do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) no Rio de Janeiro, referência na educação de surdos até os dias atuais. Destaca-se a importância de sua chegada para a consolidação da educação de surdos no Brasil

e a legitimação da língua de sinais. Um pouco após sua saída da direção do instituto é aprovada em 1880 no Congresso de Milão o método de ensino chamado Oralismo. Segundo Baalbaki e Caldas (2011, p. 1) o “Congresso de Milão reunia os intelectuais da época em um evento que trouxe consequências enormes para as comunidades surdas de todo o mundo”. Ainda segundo Goldfield (1997, p. 24) “o mais importante defensor desse ensino foi Alexandre Graham Bell, exercendo forte influência na votação”. O Oralismo venceu, o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido. O autor ainda ressalta a negação de voto aos professores surdos da época.

Esse método ficou muito conhecido por se opor ao gesto e ao uso da língua de sinais, afirmando que esse processo atrapalhava o aprendizado da fala. O oralismo deveria ser “puro”, ou seja, sem nenhuma interferência gestual e essa abordagem deveria, naquele momento, ser a preferível em escolas e instituições de ensino para surdos. Skliar (2005) afirma que o “Congresso de Milão não só constituiu o início do oralismo, como trata-se de um marco histórico que caracterizou a hegemonia do ouvir e do falar” com isso foram feitas uma série de reformulações nos currículos e nas metodologias de ensino.

Outro método inserido na educação dos surdos foi a Comunicação Total, filosofia que propõe inserção de modelos auditivos, manuais e orais que permite a comunicação de pessoas surdas, além do mais, utiliza de todos os recursos pedagógicos como: a língua de sinais, os gestos, as mímicas, entre outros que pudessem contribuir com a fala do sujeito surdo.

Sobre esse assunto, Poker (2002 p. 6) relata:

Esta filosofia se preocupa também com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado só por causa da aprendizagem da língua oral. Defende assim a utilização de qualquer recurso espaço – visual como facilitador da comunicação.

Diferente do Oralismo, a Comunicação Total considera que a aquisição da língua oral não assegura a total evolução da criança surda. Uma das grandes diferenças entre a Comunicação Total e outros métodos educacionais consiste na defesa do uso de todos os recursos linguísticos. Poker (2002, p. 7) afirma que “esse método considerado bimodalismo pode fragilizar o bloqueio de comunicação existente entre a criança com surdez e os ouvintes”.

Após os estudos de muitos pesquisadores da área da Linguística, como é o caso de Stokoe, pesquisador americano, que em meados da década de 60 provou através de seus

estudos que as línguas de sinais possuem status de língua natural e assim começaram a surgir críticas ao ensino utilizado pela Comunicação Total. Surgiram posteriormente estudos mais aprofundados sobre as línguas de sinais e como beneficiar o surdo no ambiente escolar utilizando a sua língua materna como prioridade para o ensino.

Essas pesquisas revelaram a complexidade e a estrutura das línguas de sinais e comprovou que é uma língua como qualquer outra, seja sinalizada ou oralizada, e assim iniciou-se dentro dos debates escolares o Bilinguismo. Essa teoria de ensino propõe o acesso do surdo a duas línguas. No caso dos surdos brasileiros o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 assim como a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, confirmam que o surdo deve ser ensinado em sua língua materna, porém é exigido obrigatoriamente a instrução da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Nessa concepção, as crianças surdas precisam ter contato com pessoas fluentes na LIBRAS e principalmente professores surdos, além de ter acompanhamento do intérprete e salas de atendimento especializado.

A educação de surdos numa proposta de educação bilíngue, deve fluir de um currículo estruturado numa concepção visual – espacial para assegurar ao aluno surdo a obtenção a todas temáticas escolares na LIBRAS. Dessa forma, o Bilinguismo é defendido como a sugestão mais apropriada para ensinar crianças surdas, pois atende a língua de sinais como L1, ou seja, língua materna e recomenda o Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2.

De acordo com Brito (1993 apud. POKER, 2012, p. 9) “no Bilinguismo a língua de sinais é considerada um importante para o desenvolvimento do aluno surdo, em todas as etapas do conhecimento”, sendo assim propicia não apenas a comunicação, mas desempenha a importante função de estimular o desenvolvimento cognitivo e social. Como afirma Poker (2012, p. 8):

Parte do princípio que o surdo deve adquirir como sua primeira língua, a língua de sinais com a comunidade surda. Isto facilitaria o desenvolvimento de conceitos e sua relação com o mundo. Aponta o uso autônomo e não simultâneo da Língua de Sinais que deve ser oferecida à criança surda o mais precocemente possível. A língua portuguesa é ensinada como segunda língua, na modalidade escrita e, quando possível, na modalidade oral. Contrapõe-se às propostas da Comunicação Total uma vez que não privilegia a estrutura da língua oral sobre a Língua de Sinais.

Ainda sobre a educação dos surdos, vale ressaltar que as pesquisas sobre a Pedagogia Surda são mais atuais, a partir de 1999 surgem como pesquisa realizada por Skliar (2005). Esse processo busca um novo programa para a educação do surdo e visa a valorização da identidade, da língua, da história e da cultura surda. Nessa perspectiva, o aluno surdo é visto

como um sujeito completo, valorizando tudo aquilo que o surdo consegue aprender através do visual e nos dias de hoje é muito adotada pela comunidade surda, pois também argumenta aulas ministradas por professores surdos desde a educação infantil, porém sabemos que esse processo é demorado e em muitos estados brasileiros ainda não existe uma formação profissional específica para auxiliar no andamento desse método de ensino.

O posicionamento para uma educação em circunstâncias de educação bilíngue para o aluno surdo propõe o entendimento da transição dessas duas línguas. São primordiais a pesquisa e a constatação sobre quais os meios as pessoas surdas dispõem para defrontar com a língua de sinais, com a Língua Portuguesa e com o aprendizado de forma geral.

Apesar disso Quadros (2005, p. 5) afirma que:

As propostas bilíngues estão estruturadas muito mais no sentido de garantir que o ensino de português mantenha-se enquanto a língua de acesso ao conhecimento. A língua de sinais brasileira parece estar sendo admitida, mas o português mantém-se como a língua mais importante dos espaços escolares. Inclusive, percebe-se que o uso “instrumental” da língua de sinais sustenta as políticas públicas de educação de surdos em nome da “inclusão”. As evidências das pesquisas em relação ao status das línguas de sinais incomodam as propostas, mas não chegam a ser devidamente consideradas quando da sua elaboração. A língua de sinais, ao ser introduzida dentro dos espaços escolares, passa a ser coadjuvante no processo, enquanto o português mantém-se com o papel principal. As implicações disso no processo de ensinar-aprender caracterizam práticas de exclusão.

Nesse caso, a língua de sinais é o maior instrumento de predomínio na convivência do professor, seja surdo ou ouvinte, com os alunos surdos. Visto que os professores são mais instruídos na língua de sinais e por isso mais indicados para manter um bilinguismo fortalecido.

### **A Didática Cultural e a Didática Surda**

A Didática sempre existiu na história dos indivíduos sociáveis pelo fato do homem sempre repassar aquilo que aprendeu, ou seja, o homem sempre ensinou e aprendeu. Todavia, a escola como organização direcionada a todos só foi implantada comunitariamente, de forma que transmitisse uma herança instrutiva que foi construída ao longo dos séculos. De acordo com Libâneo (2013, p. 13) “o processo de ensino é o objeto de estudo da Didática” e que “não pode ser tratado como atividade restrita da sala de aula” (ibidem).

No que se refere a disciplina, a Didática atenta-se em organizar estrategicamente os conteúdos que serão ensinados a partir de uma teoria. As teorias tradicionais na educação

evidenciam a objetividade, organizam conteúdos e objetivos que por muitas vezes podem não conduzir ao ensino através da compreensão cultural de um determinado grupo.

O ensino está relacionado ao meio de propagação desse conhecimento e compete a Didática combinar os princípios do planejamento no ensino, as técnicas e os procedimentos fundamentais para ensinar. Conhecer a ciência não é o suficiente, nem apenas os conhecimentos que serão transmitidos, dado que o método de ensino se desdobra dos conteúdos e da análise da instrução. Esta colocação apresenta o lado simplista do campo da Didática, conduzindo para uma disciplina estabelecida de técnicas e métodos.

Nessa perspectiva o docente precisa compreender a subjetividade humana e as suas práticas de vida. Permitindo aos futuros docentes uma compreensão maior do que é o fenômeno educativo como afirma Libâneo (2013, p. 25):

A Didática e as metodologias específicas das matérias de ensino formam uma unidade, mantendo entre si relações recíprocas. A Didática trata da teoria geral do ensino. As metodologias específicas, integrando o campo da Didática, ocupam-se dos conteúdos e métodos próprios de cada matéria na sua relação com fins educacionais. A Didática, com base em seus vínculos com a Pedagogia, generaliza processos e procedimentos obtidos na investigação das matérias específicas, das ciências que são embasamento ao ensino e à aprendizagem e das situações concretas da prática docente. Com isso, pode generalizar para todas as matérias, “sem prejuízo das peculiaridades metodológicas de cada uma, o que é comum e fundamental no processo educativo escolar.

O que implica no campo da educação de surdos é a cultura desses sujeitos. Dentre suas exigências a língua de sinais se solidifica aos seus artefatos culturais. Os sujeitos surdos sobreviveram durante anos aos métodos tradicionais de ensino em que a Didática era apresentada de forma oral, treinamento de fala e da audição.

A existência de uma Didática Surda reconhece o jeito surdo para ter acesso ao conhecimento, utiliza-se de uma programação que dispõe a língua de sinais como língua de instrução desde os primeiros anos de ensino. Essa Didática diferencia-se por interagir com qualquer conteúdo com o jeito surdo de aprender, possibilitando ao aluno uma autonomia de conhecimentos a partir da sua percepção visual. Além disso, o professor se apropria da Didática Surda estabelece estratégias que irão auxiliar na instrução desse aluno.

Segundo Perlin e Rezende (2011, p. 28):

[...] Didática Cultural dos Surdos sempre questiona sobre o que é próprio dos surdos e também questiona sobre como alguém se constituiu superior aos surdos. Isto é, questiona as práticas normalizadoras dos ouvintes sobre os surdos. Ela tem o sujeito surdo como sujeito multifacetado, com múltiplas identidades, um sujeito diferente, que se utiliza de língua e cultura diferentes. A Didática dos surdos programa as atividades de tal forma que trata os surdos como sujeitos de seu destino social.

A Didática Surda importa-se com as características individuais e o modo de aprender de cada aluno, pois compreende que cada aluno surdo tem seu método de adquirir o conhecimento. E para que o aluno aprenda é necessário que o ensino seja eficiente respeitando as peculiaridades de cada um.

Um dos maiores objetivos percebidos na integração de alunos surdos em sala de aula regular tem relação com o tipo de comunicação hegemonicamente usado nesses cenários – a comunicação oral –, em nosso caso a língua portuguesa. Compreendemos que o sujeito surdo tem uma particularidade linguística, e que esta faz de sua integração no contexto educacional uma situação ímpar, diferente daquela vivenciada por alunos com outras necessidades educacionais como por exemplo a pessoa com deficiência motora, visual, intelectual, etc.

Para compreender os mecanismos que envolvem o uso da Língua Portuguesa escrita e a construção do conhecimento pelo aluno surdo depende da mediação do professor através de uma formação adequada para atuar na educação de alunos surdos. Outra questão que o professor deve valorizar é o modo que o aluno tem de pensar e de enfrentar os aspectos presentes no contexto da diferenciação de língua entre indivíduos.

Outro fator importantíssimo é a compreensão que para o aluno surdo aprender a Língua Portuguesa há um processo cognitivo bastante evidente que requer organização metodológica diferenciada pelos professores defendida por Fernandes (2006, p. 07):

Aprender o português decorrerá do significado que essa língua assume nas práticas sociais (com destaque às escolares) para as crianças e jovens surdos. E esse valor só poderá ser conhecido por meio da língua de sinais. O letramento na língua portuguesa, portanto, é dependente da constituição de seu sentido na língua de sinais. Aprender o português, nesse sentido, demanda um processo de natureza cognitiva (para o surdo) e metodológica (para o professor) que difere totalmente dos princípios que a literatura na área do ensino de português como língua materna tem sistematizado, nos últimos anos.

A oficialização da Língua Brasileira de Sinais se dá através da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 apesar de ser utilizada há muitos anos antes e é então com o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que a Libras passa a ser ensinamento obrigatório como língua materna - L1 e a Língua Portuguesa como segunda língua - L2 na modalidade escrita e deve se ensinar a leitura, a escrita e a interpretação aos alunos surdos, porém sem obrigatoriedade de fala.

A partir da promulgação das diversas legislações em favor da educação de surdos surge debates sobre outro método de ensino: o Bilinguismo, pois esse método defende o



acesso pelo aluno surdo a duas modalidades de língua: a Libras como língua materna e a Língua Portuguesa como segunda língua na perspectiva de escrita.

Outra medida oficializada pelo decreto é a instrução nos Cursos de Formação de Professores no Brasil como conhecimento exigido, de maneira que possa qualificar melhor essa categoria para a execução da profissão nas escolas de educação básica.

Podemos observar que apesar de muitas conquistas logradas pela comunidade surda, ainda são necessárias políticas públicas mais rigorosas que proporcionem um ambiente escolar mais desenvolvido e habilitado para atender o sujeito surdo.

## **Conclusões**

A busca por aprendizagens significativas para alunos e professores de alunos surdos parece ser o grande desafio da Educação Especial na atualidade. Buscando dentro do seu âmbito de ação, o atendimento à democratização do ensino e respondendo às necessidades da comunidade surda.

A opção pelo Bilinguismo que reconhece a língua de sinais como primeira língua do aluno surdo, símbolo de identidade individual e cultural desses sujeitos, tira o professor do lugar comum do ensino e do ensino de língua. A proposta implica em um constante diálogo e discussões e acordos pedagógicos não comuns aos métodos tradicionais.

Considerando as pesquisas feitas sobre a Didática Cultural Surdas e as discussões já existentes no âmbito escolar sobre como ensinar o aluno surdo é que vimos que não há ensino sem respeito à cultura e às características individuais. Esses resultados só comprovam a necessidade de novas propostas educacionais não somente nos recursos utilizados, mas também na formação e qualificação daqueles que direta ou indiretamente contribuem para a formação do aluno.

Adotar um ensino diferenciado para o aluno surdo não significa passar por cima de suas dificuldades linguísticas ou tratá-lo como alguém incapaz de adquirir conhecimento, mas focar nas metodologias utilizadas facilitando a aquisição dos conteúdos e buscar critérios diferenciados na hora da avaliação.

Parece que o caminho mais adequado para uma formação continuada de professores de alunos surdos seria através de discussões, leituras, análises, alternativas pedagógicas que oportunizam um rico espaço de concretização do conhecimento e do aprendizado.

Sabemos que ensinar e avaliar o aluno surdo é composto de muitos desafios que anulam as conquistas da comunidade surda e das pessoas comprometidas com o ensino –

aprendizagem dos alunos surdos. É necessário que a escola crie espaços para que a pessoa surda possa manifestar-se culturalmente, nas suas formas particulares de expressão. Buscar soluções conjuntas, com os demais professores e gestores, é o melhor caminho. Estabelecer uma troca de informações diária. Sempre que surgir uma dúvida ou necessidade em sala, levar para o responsável pela educação especializada e, juntos pensar em soluções, desta forma o progresso da criança se intensifica e a avaliação se aprimora.

A tecnologia pode ser uma grande parceira no processo de inclusão. Se planejada conjuntamente entre o professor e o responsável pela educação especial, de acordo com as necessidades de cada aluno, ela amplia a possibilidade de ele realizar as atividades propostas em sala.

E principalmente conhecer bem o aluno, outra ação igualmente importante é envolver os demais professores e funcionários da escola, além dos colegas de classe, em ações que ajudem a se organizar. Com a atenção de todos, é mais fácil a inclusão na rotina diária.

Abrir as portas da escola para o diálogo é o primeiro passo para diminuir a resistência inicial dos pais. Em encontros periódicos com os pais, o professor de classe comum e o professor especializado, expor como são definidos os conteúdos a serem trabalhados e de que forma isso vai ser feito.

Verifica-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, mas como ponto positivo é possível citar o enriquecimento que será levado às salas de aula com uma educação inclusiva eficaz.

## Referências

BAALBAKI, A.; CALDAS, B. **Impacto do Congresso de Milão sobre a Língua dos Sinais**. Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEEFil, 2011. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlftomo\\_2/156.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlftomo_2/156.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 10436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

FERNANDES, S. **Letramentos na Educação Bilíngue para Surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: <<http://www.alex.pro.br/libras3.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997.

KALATAI, P.; STREIECHEN, E. As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. In: **Anais Uniocentro**. Disponível em: <<http://www.anais.uniocentro.br/seped/pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**. v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

PERLIN, G.; REZENDE, P. **Didática e educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/didaticaEEducaoDeSurdos/assets/489/texto.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

POKER, R. B. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez**. Unesp. 2012. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec\\_texto2.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2018.

QUADROS, R. M. O “Bi” em Bilinguismo na educação de surdos. In E. Fernandes (org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

REIS, F. Professores Surdos: Identificação ou “Modelo”. In: QUADROS, R.; PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. – 24. ed. ver. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.